

▶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL

Determinantes da Saúde, Doenças Crônicas Não-
Transmissíveis e Saúde Mental

▶ MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de
Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não
Transmissíveis

2022

RELATÓRIO TÉCNICO

101

Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.

1. IDENTIFICAÇÃO DO TC/TA

NÚMERO DO TC:	101		
TÍTULO DO TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Objeto do TC:	Fortalecimento da vigilância e dos acidentes, da promoção da saúde e da análise de situação de saúde.		
Número do processo:	25000.488903-2017-98	Número do SIAFI:	
Data de início	05/09/2018	Data de término:	05/09/2028

DETALHAMENTO DO TA	Nº	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
TA:	1	recurso	R\$6.204.660,00
TA:	2	recurso	R\$22.313.288,00
TA:	3	prorrogação	R\$0,00
Valor Total no TC:			R\$ 28.517.948,00

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA CONTRAPARTE

Área técnica	Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis (SVS/DAENT)		
Responsável:	Giovanny Vinícius Araújo de França		
Endereço:	SRTVN 701, Via W5 Norte, Ed. PO700, 6º andar CEP: 70719-040		
Telefone:	(61) 3315-7701	E-mail:	giovanny.franca@saude.gov.br

ÁREA TÉCNICA RESPONSÁVEL NA OPAS/OMS

Área técnica	Determinantes da Saúde, Doenças Crônicas Não-Transmissíveis e Saúde Mental (NMH)		
Responsável:	Elisa María Prieto Lara		
Endereço:	Setor de Embaixadas Norte, Lote 19 - Brasília, DF		
Telefone:	(61) 3251-9544	E-mail:	prietoel@paho.org

2. CONTEXTO

Entre as ações desta cooperação afetas à Coordenação Geral das Doenças e Agravos Não-transmissíveis do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde (CGDANT/DAENT/SVS/MS) 2022 caracterizou-se por um contexto mercado pela consolidação da integração de áreas da saúde e trânsito no qual foram priorizadas ações relacionadas à segurança viária e ao tema do álcool. A maior aproximação do Ministério da Saúde com o a Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério da Infraestrutura (Senatran/MInfra), iniciada no primeiro semestre, foi intensificada após a realização da Reunião de Alto Nível (RAN) sobre Segurança Viária a ocorrida entre 30/06/2022-01/07/2022 na ONU em Nova Iorque, onde estiveram juntos o Secretário Nacional de Trânsito e o Secretário de Vigilância em Saúde. Essa aproximação, com a facilitação da OPAS, foi de grande relevância para conscientização dos gestores locais sobre a importância da integração dos temas de trânsito e saúde para a redução das mortes e lesões no trânsito, exploradas em encontros regionais adiante descritos. Marcou ainda o alinhamento marcos globais e nacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de DANT). Nesse contexto, a CGDANT/DAENT/SVS/MS foi canal de integração também entre a Senatran e o Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (DAHU/SAES), bem como do Departamento de Promoção da Saúde da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (DEPROS/SAPS) com a Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional (SMDRU/MDR).

Relativamente aos temas concernentes à Coordenação-geral de Informação e Análises Epidemiológicas (CGIAE), do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância das Doenças Não Transmissíveis (DAENT/SVS/MS), vale contextualizar que, em 2020, o Brasil foi impactado pelo início da pandemia do covid-19. O país confirma seu primeiro caso em 26 de fevereiro e a primeira morte em 17 de março de 2020. Inicialmente os casos se concentraram nas grandes cidades e logo interiorizou para os demais municípios. Em 31 de dezembro de 2020, no Brasil, havia confirmado 36.552.432 casos de covid-19, 35.429.017 casos recuperados e 694.985 óbitos. Em 11 de janeiro de 2021 se iniciou a vacinação. Até o final de 2022, 399.00 milhões de doses aplicadas, sendo que 91,5% das pessoas receberam a primeira dose e 85,8% estão com as doses completas. Em abril de 2022, o Ministério da Saúde determinou o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da covid-19.

Nesse contexto a CGIAE teve um importante papel na geração de evidências para os gestores federal, estadual e municipal para mensurar os efeitos diretos e indiretos desta pandemia pelo covid-19 utilizando os sistemas de informação (Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM); Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC); o Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan; o Sistema de Notificação do Ministério da Saúde e-SUS NOTIFICA) e vem atendendo a crescente demandas por dados precisos e acurados que apoiem a implementação de políticas para enfrentamento da pandemia e para o monitoramento de indicadores em saúde em todo o país. No segundo semestre de 2022, as atividades programadas visaram a aprimorar os processos e fluxos que são executados pelo sistemas integrado de saúde, bem como assegurar o fornecimento de materiais e insumos estratégicos como formulários das declarações de óbitos (DO) e de nascidos vivos (DN); desenvolvendo parcerias para projetos nacionais e internacionais prioritários da área; publicando importantes obras técnicas como boletins epidemiológicos (obra da Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS) e o livro Saúde Brasil (“Saúde Brasil 2020/2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade da informação” e “Saúde Brasil 2020/2021: Anomalias Congênitas Prioritárias para Vigilância ao Nascimento”), entre outros; promovendo e articulando discussões em temas relevantes como na Classificação Internacional de Doenças (CID) junto a parceiros nacionais e internacionais, em especial sobre o a nova CID-11, que será implementada nos próximos anos; ampliando e fortalecendo os processos de vigilância do óbito fetal, infantil, materno, de causas mal definidas, de malformações congênitas, e dos Serviços de Verificação de Óbito – SVO.

3. 1º SEMESTRE DE 2022

3.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Cultura de paz promovida, ações de prevenção das violências e acidentes promovidas e Sistema de vigilância de violências e acidentes aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de municípios com notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Alcançar 85% de cobertura de municípios com notificação de violências por meio de capacitações e realização de pelo menos 1 reunião técnica anual. Elevar em 15% o número de municípios com ações de segurança viária/ Programa Vida no Trânsito por meio de realização de treinamentos e curso EAD.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	6	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	5	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

As ações aqui comentadas abordam atividades relacionadas ao Resultado Esperado (RE) 1 nos marcos dos Termos de Ajuste (TA) 1 e 2 do Termo de Cooperação 101.

No que tange às ações relacionadas à Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes/Lesões e fortalecimento da cultura da paz, realizou-se a finalização da avaliação da ficha de notificação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A ficha será implementada na versão online do sistema. Na temática de Vigilância e Prevenção de Violências foi realizada a discussão sobre ações de prevenção ao bullying no âmbito da violência como agravo não transmissível. Ademais, para fins de organização e disseminação do conhecimento, foi proposta a organização de cadernos temáticos e oficinas sobre ações de agravos não transmissíveis (violências e acidentes) com escolares. Também, a descrição dos fluxos e das ferramentas implementadas para melhorar e apoiar a disseminação da comunicação em saúde e avaliação de sua efetividade.

No que concerne a apoiar ações relacionadas à redução de morbimortalidade no trânsito, com ênfase no Programa Vida no Trânsito, foi realizada reunião com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para a avaliação da plataforma online do Projeto Vida no Trânsito (PVT). A Universidade está em campo para fazer a avaliação da aplicabilidade com banco de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) em Foz do Iguaçu e Belo Horizonte. Está em andamento o curso de implementação da Plataforma. A terceira turma está prevista para o segundo semestre de 2022. A portaria com a reformulação do PVT, encontra-se, ainda, na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde seus trabalhos relacionados foram remanejados para o ano de 2022. Para o segundo semestre pretende-se organizar um evento na temática de trânsito na qual serão discutidos subsídios para avaliar a inserção do PVT na agenda mais ampla dos marcos político-programáticos vigentes na esfera federal.

Em consonância com o previsto para o primeiro semestre de 2022, foram iniciadas as tratativas para o desenho do Acordo de Cooperação (ACT) para o delineamento de um plano de trabalho que convirja com o novo Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil (2021-2030), com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS) e com o Plano Global para a Década de Ação para a Segurança no Trânsito da Organização Mundial da Saúde/ONU. A análise das convergências destes três planos já foi realizada.

Ainda na temática das ações conjuntas, foi realizado, com o apoio de Bloomberg Philanthropies, na sede da OPAS/OMS no Brasil, em 9 e 10 de junho de 2022, a Reunião de Atores em Segurança Viária (Encaminhando os compromissos do Brasil para a 2ª Década de Ação), preparatória para a Reunião de Alto Nível (RAN) sobre Segurança Viária ocorrido na ONU, em Nova Iorque, em 30 de junho e 1 de julho. Ainda, a cooperação técnica elaborou um briefing com subsídios para a participação do Ministério da Saúde na RAN, bem como a elaboração do discurso feito

na tribuna da ONU, pelo Brasil, de forma alinhada à Senatran/MInfra, reforçando o comprometimento do país na realização de ações multisetoriais.

Quanto à realização de capacitação para jornalistas com foco em segurança viária, que estava prevista para o segundo semestre de 2021, esta será inserida dentro do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) Ministério da Saúde/Ministério da Infraestrutura para que seja realizada em 2022, no pilar de educação. Ademais, em vista dos aportes e encaminhamentos da Reunião de Atores em Segurança Viária, entendeu-se a oportunidade de aprimoramento das estratégias de comunicação na segurança viária.

Além da temática do trânsito, o bem-estar integrado, a promoção da saúde e o enfrentamento dos fatores de risco para as DCNTs estiveram muito presentes nas agendas da Coordenação, no marco desta cooperação técnica. A este exemplo, dando continuidade ao cálculo do indicador dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável referente ao Álcool per capita (APC), o processo de validação está em andamento. Será programada uma reunião no segundo semestre para validação juntamente com o IBGE e OPAS/OMS. Além disso, estão sendo avaliados os dados do relatório global da OMS sobre álcool, que será publicado em 2022.

Uma outra importante ação realizada foi a reunião de alinhamento do posicionamento do país sobre a nova Estratégia Global de Enfrentamento ao Consumo do Álcool, realizada com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e outros ministérios, para apresentação na 75ª Assembleia Mundial da Saúde. Por meio da coordenação da OPAS, foi realizada uma reunião para a criação de um grupo intersetorial informal para a discussão de assuntos relacionados ao álcool, a fim de otimizar as ações realizadas nesta temática. Para o segundo semestre está prevista a realização de uma reunião deste grupo para a apresentação da plataforma InterMAHP, que possibilita a modelagem para saber o impacto das políticas de álcool nos países.

A coordenação continua a realizar a articulação interfederativa com estados e municípios para fortalecimento da vigilância e prevenção de violências e acidentes através do uso de ferramentas on-line como o Teams para reuniões, bem como plataformas virtuais para realização de eventos por meio de webinar sobre o tema. No 1º semestre foram realizadas reuniões técnicas e webinars com estados para a implementação do Plano de DANT.

Por fim, um conjunto de produtos e serviços corroboraram os resultados propostos neste campo. Entre estes:

- Proposta de formação virtual em advocacy sobre as pautas do Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis para oferta aos estados e às capitais do Brasil.
- Padronização e atualização de respostas para demandas advindas do Sistema de Informações ao Cidadão relacionadas à Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis.
- Levantamento e análise das normativas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), relacionadas aos principais fatores de risco, para subsidiar ações intersetoriais promovidas pelo Projeto Vida no Trânsito.
- Mapeamento das variáveis relacionadas ao consumo de álcool per capita nas pesquisas nacionais de base populacional e elaboração do banco de dados para estudo de carga do fator de risco álcool: “intermahp”, contemplando país, gênero, faixas etárias e população para os anos de 2013 e 2019.
- Mapeamento das variáveis relacionadas ao consumo relativo de álcool nas pesquisas nacionais de base populacional e elaboração do banco de dados para estudo de carga do fator de risco álcool: “intermahp”, contemplando país, gênero, faixas etárias e população para os anos de 2013 e 2019.
- Elaboração do banco de dados de mortalidade das causas plenamente atribuíveis ao consumo de álcool, contemplando país, gênero, faixas etárias, grupo de doenças e doença específica para os anos de 2013 a 2019 para o estudo de carga do fator de risco álcool: “intermahp” e validação do banco.
- Proposta de questionário eletrônico para avaliação da implantação do Programa Vida no Trânsito nos municípios aderentes.
- Proposta de revisão e adequação à legislação de trânsito do Guia e da Plataforma Web de Monitoramento do Projeto Vida no Trânsito.
- Relatório descritivo sobre a estrutura e implementação do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (RENAEST) descrevendo objetivo, metodologia, potencialidades, limitações, fluxos detalhados de cada etapa e processos para qualificar as informações sobre mortalidade e morbidade no trânsito.
- Mapeamento dos planos de mobilidade urbana das cidades decorrentes da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, os desafios e as oportunidades que possam subsidiar as articulações intersetoriais na implementação do Projeto Vida no Trânsito.
- Relatório sobre Análise epidemiológica da Doença Renal Crônica no Brasil.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Medidas de prevenção, distanciamento físico e controle da pandemia de Covid-19 limitaram o número de participantes em eventos, oficinas e reuniões técnicas com especialistas. Viu-se a necessidade e oportunidade de se

investir na infraestrutura qualificada dos eventos híbridos (e.g.: internet dedicada; equipes profissionais de filmagem) a fim de aprimorar a sua qualidade da transmissão, favorecendo o engajamento dos participantes.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

A CGDANT fez a avaliação da ficha de notificação, porém será implementada na versão online, favorecendo a automação de processos e em estratégias tecnológicas para a obtenção do dado de modo mais qualificado.

No que se refere ao Programa Vida no Trânsito tem-se que, no período, foi disponibilizada uma turma para treinamento da Plataforma online do programa, além da avaliação de campo do uso da plataforma. A portaria de reformulação do PVT segue pendente de aprovação pelas instâncias jurídicas do Ministério da Saúde de modo que, apesar dos treinamentos para cidades já aderidas ao PVT, não houve aumento no número de municípios do PVT previsto na meta para o RE1 neste item (elevação 15% de municípios com ações PVT). Relativamente à meta de cobertura de municípios com notificação de violências tem-se, pelos dados mais recentes disponíveis (2021) que chegou-se a cobertura de 78,5% dos municípios, enquanto a base de referência ao início do TC em 2018 era 75,7%.

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações da Política Nacional de Promoção da Saúde implantadas e implementadas em estados e municípios.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de estados e municípios com ações de promoção da saúde implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos estados e capitais e/ou municípios com população acima de 1 milhão habitantes com ações de promoção da saúde implementadas; Realização de, pelo menos 2, Seminários da Política Nacional da Promoção da Saúde. Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde. Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No âmbito das obras técnicas que celebram os 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde foram concluídas os cadernos sobre 1- PS e as Cidades; 2 - PS e ODS, e 3 - Educação Permanente para a Promoção da Saúde. Os cadernos que estão em processo de ajustes e elaboração são: 4 – PS e Poluição Atmosférica e 5 – PS e Vigilância de DANT Integrada, o qual deve passar por adequações para contemplar a proposta do edital. Já os cadernos que seguem em aberto são sobre 6 – PS e Violências e Acidentes, que teve desistência do 1º colocado; 7 – Saúde Mental e PS, cujo alinhamento para elaboração será apresentado no início de agosto, para avaliação da contratação por parte do 2º colocado; e 8 – PS e Formação de Profissionais na Produção de Conhecimento, Graduação e Pesquisa. Os cadernos sobre 9 – DSS e Desigualdades na PS e 10 – Educação Básica e PS estão sob avaliação da Comissão Organizadora para definição dos próximos passos.

Na sequência as Obras deverão passar pela análise do Comitê Editorial da OPAS e inclusão em projeto gráfico e diagramação para a Série sobre os 15 anos da Política Nacional da Promoção da Saúde (PNPS).

Está em andamento a elaboração de Termo de Referência para contratação de serviço de projeto gráfico, diagramação e revisão gramatical e ortográfica está em fase de pactuação entre OPAS, CGDANT e DEPROS.

As Obras técnicas têm como objetivo central apoiar a implementação da PNPS nos territórios em articulação com temas e questões estratégicas. Algumas iniciativas para implementação das Obras Técnicas já foram iniciadas.

Como desdobramento do Seminário da PNPS no ano de 2021, foram realizadas reuniões, em parceria com o Departamento de Promoção da Saúde (DEPROS), para organização de uma publicação contendo o relato das experiências apresentadas no evento, mobilizadas em parceria com a OPAS. A estratégia demonstra a continuidade do esforço na promoção do trabalho integrado entre a Vigilância e a Atenção Primária, bem como para o fortalecimento dos vínculos com as experiências dos territórios, ampliando a articulação de uma rede colaborativa para a implementação da PNPS. No período, foi realizado o mapeamento junto ao Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis (DAENT) sobre estratégias, programas e ações que se articulam e tem contribuído para a implementação da PNPS, no escopo da Câmara Técnica de Apoio à implementação da PNPS, coordenada pelo DEPROS. Também houve a apresentação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DANT no Brasil (2021-2030), que inclui o Eixo de Promoção da Saúde, no evento organizado pelo DEPROS.

No intuito de articular, fortalecer e apoiar o monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos, ações e iniciativas de promoção da saúde com ênfase no alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável, na efetivação do Plano de DANT e na promoção da equidade, foi realizado o mapeamento das ações convergentes do controle do Tabaco nos diversos planos de Governo. No sentido de realizar a publicação das agendas convergentes, já foi realizado o estudo das convergências nas temáticas de Tabaco, Trânsito e Álcool. Esta atividade segue no segundo semestre de 2022.

Para apoiar e facilitar a realização de novas estratégias e ações de educação permanente para profissionais e gestores de saúde, está sendo desenhado o projeto de vigilância de DANT integrada. A formação para a abordagem deste tema será realizada após o desenho da vigilância de DANT e a elaboração do escopo dos itinerários formativos. Foi realizado um levantamento junto às coordenações estaduais sobre a necessidade de formação e capacitação para a implementação do Plano de Enfrentamento das DANT, que inclui o Eixo de Promoção da Saúde.

Com a finalidade de aprimoramento da gestão, foram desenvolvidas competências para gestão e governança, como o monitoramento dos processos e projetos da coordenação. O advocacy foi transversalizado dentro das áreas da coordenação de DANT como ações estratégicas dentro das temáticas e da implantação e implementação do Plano de Enfrentamento das DANT, incluindo o Eixo Promoção da Saúde.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A persistência da situação da Covid-19 no país continuou apresentando dificuldades, principalmente em aspectos dos recursos humanos do Ministério da Saúde. O contexto de aprofundamento das desigualdades em saúde decorrentes do longo período de pandemia, também influenciou as ações relativas ao RE 2, demarcando a importância de promover iniciativas voltadas à esta temática.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações desenvolvidas no período contribuíram para o alcance das metas previstas em ambos os Termos de Ajuste do TC.

Sobre as metas referentes aos seminários, importante registrar que no segundo semestre de 2021 foi realizado o Seminário sobre a Política Nacional de Promoção da Saúde e, como desdobramento, foi iniciada, no primeiro semestre de 2022, a elaboração de uma publicação contendo o relato das experiências apresentadas no evento. O documento, assim como a conclusão de quatro Obras Técnicas/Cadernos do Edital em comemoração aos 15 anos da PNPS, responderá a outra meta prevista para o Resultado Esperado 2 relativa à publicação anual sobre Promoção da Saúde. As quatro Obras Técnicas/Cadernos concluídas tem entre seus objetivos impulsionar a implementação da PNPS junto aos Estados e Municípios, com enfoque na atuação local de gestores e equipes de saúde e com a participação das comunidades, contribuindo também para o alcance da meta de implementação de ações de promoção da saúde nos territórios.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Bases de dados integradas e sistemas de Informação aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento do percentual de registro de óbitos com causa definida nos estados Aumento da Cobertura do SINASC e qualidade do preenchimento da declaração de óbito e de nascido vivo.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	95 % de causa definida de óbito SIM, 99% de cobertura do SINASC, Desencadear ao menos 1 atividade anual de busca ativa de nascimentos e óbitos nos Estados e Municípios orientada por bases de dados integradas com outros setores. Realização de pelo menos 1 encontro anual para qualificação da causa de óbito.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	7	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	7	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

e-SUS Notifica: No primeiro semestre de 2022 foram implementadas melhorias evolutivas no e-SUS Notifica para adequar a ficha de notificação de casos de síndrome gripal leve e moderada suspeitos de Covid-19, e também para a implantação de novos módulos, conforme descrito a seguir:

- Participação no III Seminário da Coordenadoria de Doenças e Agravos Transmissíveis e Imunização” da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, no município de Belo Horizonte (29 a 31 de março).
- Participação dos técnicos em cinco (05) videoconferências com a participação de representantes das Vigilâncias Epidemiológicas, GT-Covid/DEIDT, NIES e CGIAE/DAENT com o objetivo de acompanhar o Plano de Ação desenvolvido pelas Vigilâncias epidemiológicas no Curso de Multiplicadores da estratégia de rastreamento e monitoramento de contatos e do Plano Nacional de Expansão da Testagem para Covid-19.
- Melhorias no e-SUS Notifica para atender às solicitações dos usuários e da área negocial para que a usabilidade do sistema fosse otimizada, a saber:
 - Alteração no período do filtro da data de notificação de 7 para 3 dias, na funcionalidade de exportação;
 - Inclusão de mensagem de aviso sobre a limitação de um milhão de registros por vez, para exportação da base de dados *.csv;
 - Ocultar o botão "Exportar CSV", da página de "Visualização das Notificações";
 - Apresentar a mensagem "O período não pode ser de anos diferentes!" quando o usuário preencher os campos "Data de Notificação Inicial" e "Data de Notificação Final", disponíveis no filtro da consulta;
 - Liberar para os usuários com perfil municipal a limitação de 7 dias na exportação dos dados.
 - Inclusão dos campos relacionado a dose de reforço da vacina contra covid-19.
 - Implementação do Módulo Exames Covid-19 RNDS, que faz parte da integração com a RNDS.
 - Atualização dos materiais técnicos do sistema para o módulo de 'notificação covid-19', como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de covid-19.
 - Desenvolvimento e homologação do formulário referente a Doença de Chagas Crônica (ambiente de homologação e teste).
 - Elaboração dos materiais técnicos do sistema para o módulo de notificação de Doença de Chagas Crônica, como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de covid-19.
 - Realização do acompanhamento das homologações do acesso ao Robô Notifica para os estados com sistemas próprios: PR, ES, Florianópolis/SC; Porto Alegre/RS e Palmas/TO.

SIM e SINASC: Foram realizadas ações contínuas para agilizar, acompanhar e monitorar a atualização e a integridade dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, visando a garantia da tempestividade dos dados coletados e enviadas por estados, municípios e o Distrito Federal para compor a base federal desses sistemas de informação no âmbito do Ministério da Saúde. A partir dessas ações, foram elaborados relatórios, a saber:

- Avaliação do indicador de proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informações sobre

Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) no ano de 2021 em comparação ao ano de 2020;

- Elaboração e envio dos relatórios preliminares e final do PQA-VS referente ao SIM do ano de 2021, em que 4.844 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 5.192 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 5.167 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).
- Para o SINASC, também foram elaborados e enviados os relatórios preliminares e final do PQA-VS do ano de 2021, em que 2.767 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan a jun), 3.004 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan a set) e 2.828 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan a dez).
- Avaliação do monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc, para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde no ano de 2021.
- Foram entregues os relatórios mensais referente ao ano de 2021, com a síntese da avaliação de UF e municípios, quanto a regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc.
- Análise de completude dos campos que compõem o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no ano de 2021.
- Publicado bancos de dados do Sinasc e SIM em versão final referentes ao ano de 2020 nos meios de disseminação oficiais.
- Elaborado e disponibilizado aos 26 Estados e o Distrito Federal relatório de qualidade com o objetivo de orientar os gestores e interlocutores na revisão e correção de inconsistências nos registros dos sistemas Sinasc e SIM para o aprimoramento da qualidade dos dados de natalidade e mortalidade para publicação de dados preliminares de 2021.
- Retomada das ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc que havia sido comprometido pela pandemia. Devido às dificuldades para a reprogramação das ações conforme o planejamento inicial para o segundo semestre de 2021, optamos por uma versão 4.0 simplificada e mudamos o cenário para homologar e treinar as equipes somente para a saúde indígena de maneira a compensar os atrasos ocorridos.
- Aprimoramento do scripting para localização de registros de pessoas possivelmente não identificadas no SIM, visando a análise e cruzamento com informações de pessoas desaparecidas para a possível identificação de óbito de pessoa desaparecida.
- Realização de um relacionamento probabilístico entre as bases de dados do SIM, e-SUS Notifica, SIVEP-Gripe e AIH/SUS com o objetivo de apoiar os municípios e estados na investigação e qualificação dos dados do SIM de 2021 e 2022.
- Atualização dos conjuntos de arquivos auxiliares de definição e conversão (arquivos .DEF e .CNV) que permitem o funcionamento do Tab para Window (TabWin) na tabulação de dados de estatísticas vitais.
- Composição de Grupos de Trabalho para atualização da Declaração de Óbito e da Declaração de Nascido Vivo.
- Elaboração de relatórios acerca de proposições para atualização da Declaração de Óbito e da Declaração de Nascido Vivo.
- Organização do repositório da Câmara Técnica Assessora para Gestão da Família de Classificações Internacionais, disponível, em: <http://plataforma.saude.gov.br/cta-br-fic/>
- Elaboração de Nota Técnica para divulgação acerca do cronograma de implantação da CID-11 nos sistemas de informação no âmbito da vigilância em saúde no Brasil.

PROGRAMA E-SUS LINHA DA VIDA: Foram realizadas atividades com o objetivo de dar celeridade ao processo de modernização dos sistemas de informação da linha da vida, a saber, Sinasc, SIM e SINAN.

- Levantamento e adequação da legislação pertinente de DNV e de DO (em curso).
- Elaboração das regras de negócio e modelagem de banco de dados para e-DNV (em curso).
- Construção do Conjunto Mínimo de Dados (CMD) da ficha de notificação do e-SUS Sinan.
- Reuniões referentes ao e-SUS Declarações por meio de Grupo de Trabalho (GT) constituído por representantes do CONASS, CONASEMS e gestores estaduais, em conformidade com a Resolução nº 6, de 6 de novembro de 2013.

SINAN: Atualmente é possível notificar as doenças e agravos constantes na Portaria GM/MS nº 1.102, de 13 de maio de 2022, sendo facultado aos estados e municípios a inclusão de outros problemas de saúde importantes em sua região. No primeiro trimestre de 2022, foram registradas 1.201.131 notificações (46% de dengue) e no segundo trimestre 1.701.677 registros (69% de dengue), totalizando 2.902.808 notificações no Sinan (versões NET e Online).

Atividades desenvolvidas:

- Acompanhamento das demandas de manutenção (corretiva e evolutiva) do aplicativo auxiliar SAPSS – Sistema de Acompanhamento. Foram solicitadas a criação de scripts a partir da lógica do programa de exportação de agravos do Sinan Net e Sinan Online, até o momento. O desenvolvimento das demandas foi acompanhado semanalmente pela Unidade Técnica do Sinan.
- Foram disponibilizados semanalmente as bases completas e anonimizadas dos sistemas Sinan e e-SUS VS do Espírito

Santos nas pastas de compartilhamento dos dados do Sinan específicas para cada doença/agravo, nos servidores \srvdf035\GTSINAN_CI\ e \srvdf035\GTSINAN do MS. Para a anonimização das bases do e-SUS VS., foram elaborados 33 scripts.

- Durante o primeiro semestre de 2022 foram atualizadas as bases de dados do Sinan, disponibilizadas pelas áreas técnicas, para tabulação com auxílio do Tabnet e Tabwin (microdados) de 11 doenças/agravs.
- Foram realizados seis monitoramentos da regularidade na alimentação do sistema de informação Sinan, com auxílio do Sinan Relatórios e SAPSS. Para os dados do e-SUS VS Espírito Santo (sistema próprio), o monitoramento foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel. Foi elaborado, como método auxiliar, um script para automatização do monitoramento provenientes deste sistema;
- Em junho, foi entregue o resultado final de 2021 e em abril, os dados preliminares de 2021 do indicador 06 do PQA-VS “Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação” – PQA-VS a partir de dados do Sinan. Para os dados do e-SUS VS, Espírito Santo, o cálculo foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel;
- Em relação as atividades dos guardiões das bases de dados do Sinan no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foram disponibilizadas cinco bases (LTA, LEISH, Zika Vírus, AIDS e IEXOG).

RESP-Microcefalia: No primeiro semestre de 2022, as seguintes ações foram realizadas, considerando o Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia):

- Foram desenvolvidas as atividades de guardiões da base de dados do RESP-Microcefalia no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Foi realizada reunião com pontos focais estaduais, responsáveis pela vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, onde foram abordados aspectos relacionados ao uso do RESP-Microcefalia e BI-RESP;
- Foi realizado um levantamento dos usuários com acesso ao RESP-Microcefalia e BI-RESP, o qual foi enviado aos estados para que os mesmos fizessem a validação de quais acessos deveriam ser mantidos ou excluídos;
- O Manual de Operação do RESP-Microcefalia foi atualizado, estando atualmente em fase de diagramação;
- Foi realizada a disponibilização dos dados sobre casos suspeitos de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, provenientes do RESP – Microcefalia para tabulação no TABNET (<https://bit.ly/2VXdjI5>);
- Foi realizada a disponibilização da base de disseminação do RESP - Microcefalia, dicionário de dados e arquivos DEF e CNV para tabulação no TABWIN (<https://bit.ly/3kHMsKv>);
- Foram iniciadas atividades para realização de teste de vulnerabilidade do RESP-Microcefalia.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A CGIAE retomou as atividades relacionadas ao processo de homologação da versão 4.0 do SIM e Sinasc. Contudo, devido ao incidente que ocorreu em 10 de dezembro de 2021, o qual comprometeu a rede do Ministério da Saúde (MS), tornou-se necessário uma análise técnica referente à vulnerabilidade dos sistemas supramencionados, o qual foi realizado pelo DATASUS/SE/MS.

As dificuldades encontradas até o momento para desenvolver as atividades do SINAN e e-SUS Notifica estão sendo contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

As ações programadas no Plano de Trabalho Anual (PTA) foram realizadas de forma a não comprometer o alcance das metas no primeiro semestre de 2022.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Produção e análise da situação de saúde realizada.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Publicações de análise de situação de saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Realização de 20 publicações anuais sobre análise de situação de saúde.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		3

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No segundo semestre de 2022, foram elaborados 08 boletins epidemiológicos sobre os seguintes temas:

1. Situação epidemiológica da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika: Brasil, 2015 a 2021;
2. Anomalias congênitas no Brasil, 2020 e 2021: análise da situação epidemiológica de um grupo prioritário para a vigilância ao nascimento;
3. Mortalidade de idosos no Brasil em 2000, 2009 e 2019;
4. Mortalidade materna no Brasil, 2009 a 2020;
5. Casos notificados e confirmados de covid-19 nos povos quilombolas, 2021 e 2022 (em curso);
6. Mortalidade por queimaduras, Brasil, 2015 a 2020 (em curso);
7. Mortalidade infantil no Brasil em 2009 a 2020 (em curso); e
8. Mortalidade materna por aborto no Brasil, 2010 a 2021 (em curso).

A seguir, são listados os artigos ou capítulos de livro elaborados ou submetidos para publicação:

- * Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia): histórico e descrição da principal fonte de dados para a vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika no Brasil (Finalizado, aguardando publicação).
- * Congenital anomalies in Brazil, 2018: estimating the prevalence at birth based on data from the vital statistics information systems (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- * Capítulo nº 4 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Perfil de nascidos vivos com Anomalias Congênitas no Brasil, 2018 a 2020” (em fase de revisão ad hoc).
- * Capítulo nº 13 do Saúde Brasil 2022 intitulado "Fatores de risco não genéticos para anomalias congênitas estruturais: uma revisão narrativa da literatura" (em fase de revisão ad hoc).
- * Capítulo nº 14 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Fatores de risco e desfechos em saúde no nascido vivo: um estudo a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - Brasil, 2011-2020” (em fase de revisão ad hoc).
- * Capítulo nº 18 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Desfechos gestacionais decorrentes da infecção pelo vírus zika durante a gestação no Brasil, no período de 2015 a 2020” (em fase de revisão ad hoc).
- * Livro “Guia prático - Diagnóstico de anomalias congênitas no pré-natal e ao nascimento” (em diagramação);
- * Tradução do livro em inglês “Birth defects surveillance: quick reference handbook of selected congenital anomalies and infections” da OMS, para o português “Anomalias e infecções congênitas selecionadas: guia de consulta rápida” (em diagramação).
- * Publicação do Manual de Instruções de Preenchimento da Declaração de Óbito, disponível em: <https://bit.ly/3nvcO2C>
- * Publicação “Orientações sobre novos códigos de emergência para as causas de morte relacionadas a condições que ocorrem no contexto da covid-19” – 1ª edição revisada, disponível em: <http://plataforma.saude.gov.br/cta-br-fig/novos-codigos-covid.pdf>.
- * Atualização do Manual de Instruções de Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo (em editoração).
- * Em elaboração o capítulo do Saúde Brasil-2022, intitulado “Completeness, consistency and opportunity of notification, digitization and closure: analysis of the quality of information of covid-19 in e-SUS Notifica, 2020-2021”.

A seguir, são listados os projetos iniciados ou finalizados:

- * Projeto de "Mortalidade Materna" em parceria com a UFMG (finalizado nesse semestre).
- * Proposta para nova metodologia para o monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Mortalidade (SIM) e monitoramento dos Indicadores 1 (SIM) e 2 (Sinasc) no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) (em curso).
- * Projeto-piloto "Vigilância e Atenção em Anomalias Congênitas", que está sendo desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- * Projeto em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, intitulado "Síndrome de Zika congênita: estudo clínico-epidemiológico a partir de coortes populacionais e em serviços de saúde envolvendo gestantes e crianças" que está sendo realizado por meio de convênio (em curso).
- * Projeto em parceria com a UFMG (GBD-Brasil) para correção das estimativas de mortalidade a partir dados do SIM, considerando dados faltantes, sub-registro e causas inespecíficas, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- * Celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MS, representado pela CGIAE/DAENT, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV para caracterização do perfil epidemiológico de óbitos de pessoas não identificadas nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do período de 2015 a 2022, a partir do desenvolvimento de algoritmo para seleção de tais óbitos no SIM.
- * Parceria, por meio de uma carta acordo, via OPAS, com a Universidade Federal de Minas Gerais para atualização da CID-10 e tradução da CID-11 para o português.
- * Divulgação do estudo de estimativas populacionais por município, idade e sexo para o ano de 2020 e 2021 no portal do TABNET/Datasus.

Em curso celebração de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o IBGE para realização de trabalhos estudos relacionados a avaliação dos resultados da aplicação da Técnica de Captura-Recaptura para estimativa dos totais de nascidos vivos e óbitos realizada pelo IBGE, utilizando Modelo Linear Generalizado aplicado ao pareamento de dados do SIM/Sinasc e do Registro Civil.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades encontradas para desenvolver as atividades foram contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Com a produção e análises de situação de saúde realizadas no primeiro semestre de 2022, a meta de 20 publicações anuais foi alcançada.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) ampliados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento na proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil, infantis e fetais e aumento de óbitos atestados e notificados pelos SVO's e ODS 3.1 e 3.2.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos médicos patologistas pertencentes à rede nacional dos serviços de verificação do óbito capacitados para o correto diagnóstico de causas de morte e notificações de doenças/agravos de importância epidemiológica por meio de 1 treinamento anual. Realização de 10 visitas técnicas anuais para o monitoramento dos serviços. Revisão de 1 publicação científica com diretrizes para os serviços (SVO). Manutenção do painel WEB de monitoramento semestral dos dados produzidos pelo SVO.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	3
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	2

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA

No primeiro semestre de 2022, os principais produtos referentes à vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito foram:

- * Revisão do conteúdo para treinamento de médicos multiplicadores quanto à emissão da Declaração de Óbito – DO.
- * Manual de vigilância de óbito para causa inespecífica no Brasil a partir do protocolo adotado durante a execução do projeto que evoluiu 60 cidades brasileiras que, por sua vez, fez parte do Projeto Dados para a Saúde realizado em parceria entre MS, UFMG, Bloomberg e Vital Strategies.
- * Realização do envio do manual de vigilância de óbito para causa inespecífica no Brasil para as Unidades Federativas para contribuições referentes ao assunto.
- * Documento técnico contendo avaliação das investigações de óbito realizadas por municípios brasileiros silenciosos para óbitos materno e infantil no período de 2015 a 2019.
- * Documento técnico contendo revisão bibliográfica sobre os fatores de risco para morte materna, infantil e de mulheres em idade fértil no Brasil.
- * Participação na elaboração do projeto para capacitação de equipes de saúde do SUS no tema pré-natal a ser implantado pela iniciativa denominada “FORÇA PRÉ-NATAL DO SUS” liderado pela coordenação da saúde da mulher no âmbito do Ministério da Saúde.
- * Acompanhamento e monitoramento do Indicador do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2020-2023, sobre a notificação oportuna de óbito infantil em até 30 dias da data de ocorrência.
- * Acompanhamento e monitoramento do Indicador do Plano Nacional de Saúde (PNS) 2020-2023, sobre a notificação oportuna de óbito materno em até 30 dias da data de ocorrência.
- * Relatório sobre a evolução das notificações oportunas do óbito infantil no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), segundo as Unidades da Federação brasileira de 2017 a 2021.
- * Relatório sobre a evolução das notificações oportunas do óbito materno no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), segundo as Unidades da Federação brasileira de 2017 a 2021.
- * Participação do Grupo Técnico da Síndrome Inflamatória Multissistêmica Pediátrica (SIM-P) associada à covid-19”, em pareceria com a Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunização, Coordenação-Geral de Saúde da Criança e outros responsáveis pelo tema.
- * Realização de reuniões técnicas em forma de assessoria as equipes da vigilância do óbito com o estado da Bahia, na modalidade on line.
- * Participação na Oficina Nacional com a Coordenação Geral de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial (CGZV) para apresentar a Vigilância do Óbito.
- * Diagnóstico Situacional sobre os Serviços de Verificação de Óbito (SVO).
- * Documento técnico contendo os critérios de seleção multiplicadores e demais participantes, e o desenho de escolha

dos Serviços de Verificação de Óbito (SVO) para treinamento em Autópsia Minimamente Invasiva (AMI).

* Aprovação do projeto – modalidade Carta Acordo – com a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, para treinamentos de patologista que atuam em SVO Credenciados a RNSVO, no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI), correspondente ao montante de \$USD 100.000,00.

* Realização de reuniões on line com as equipes dos Serviços de Verificação de Óbito e Esclarecimento da Causa Mortis - SVO sobre orientações quanto à execução financeira do incentivo de custeio viabilizado pela Portaria nº 2.625, de 28 de setembro de 2020, relacionada ao fortalecimento dos SVO no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19.

* Realização de reuniões técnicas on line, em forma de assessoria às equipes dos Serviços de Verificação de Óbito (SVO), com os estados de São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina, Goiás, Paraná, Pará, Maranhão, Tocantins e Ceará.

* Realização de cinco (05) visitas de supervisão aos SVO credenciados a RNSVO (São Paulo/SP; Ribeirão Preto/ SP; Caruaru/PB, Recife/PE, Florianópolis/SC).

* Atualização do Manual de manejo de corpos no contexto da Covid-19 (em curso).

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A revisão do conteúdo para treinamento de médicos multiplicadores, quanto à emissão da Declaração de Óbito (DO), foi realizada. Entretanto, para ser finalizada estava aguardando a publicação do Manual de Preenchimento da Declaração de Óbito (DO), que foi publicada em 28/06/2022.

Apesar da aprovação do projeto – modalidade Carta Acordo – com a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, para treinamentos de patologista que atuam em SVO Credenciados a RNSVO, no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI), encontra-se impedimentos dos SVO, dentre eles, o custeio para o treinamento e a liberação dos médicos patologistas de outros vínculos.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas

Um dos progressos foi com a aprovação do projeto para treinamento no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI) para treinamentos de Médicos Patologistas e de multiplicadores que atuam em serviços credenciados à RNSVO, iniciou os primeiros treinamentos, composto por duas turmas com quatro Patologistas cada uma.

3.2 RESUMO SEMESTRAL: 1º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	6	5	1	80%
2	4	2	2	40%
3	7	7	0	80%
4	4	3	1	75%
5	3	2	1	75%
Total:	24	19	5	70%

4. 2º SEMESTRE DE 2022

4.1 AVANÇOS DO PROJETO BASEADOS NOS RESULTADOS ESPERADOS

1) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	1	Cultura de paz promovida, ações de prevenção das violências e acidentes promovidas e Sistema de vigilância de violências e acidentes aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Proporção de municípios com notificação de violências interpessoais e autoprovocadas. Taxa de mortalidade por acidente de transporte terrestre	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Alcançar 85% de cobertura de municípios com notificação de violências por meio de capacitações e realização de pelo menos 1 reunião técnica anual. Elevar em 15% o número de municípios com ações de segurança viária/ Programa Vida no Trânsito por meio de realização de treinamentos e curso EAD.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		7
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		4

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No âmbito do fortalecimento da agenda de saúde e trânsito, a CGDANT e a Coordenação de Determinantes da Saúde, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Saúde Mental (NMH) da OPAS participaram de 3 Encontros Regionais de Gestão Municipal de Trânsito e Segurança Viária: Belém (24 e 25/08/2022), Goiânia (12 e 13/09/2022) e Belo Horizonte (19 e 20/10/22), demonstrando conexões dos setores saúde e trânsito, por meio das apresentações "Trânsito e saúde: convergências oportunas" e da Oficina técnica: "Melhoria da capacidade técnica dos agentes de trânsito". Os eventos foram organizados pela SENATRAN, Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) [PDE(1) [vi2] e parceiros. Nesse contexto, a CGDANT vem apoiando o desenvolvimento de um Termo de Cooperação Técnica entre a OPAS e o Ministério da Infraestrutura para a realização de ações inseridas PNATRANS, convergentes com a temática da Saúde. A minuta do projeto de TC, com a matriz lógica e seus objetivos já foram elaboradas de forma conjunta, restando ao MINFRA o estabelecimento das suas atividades e produtos.

No que concerne a apoiar ações relacionadas à redução de morbimortalidade no trânsito, com ênfase no Projeto Vida no Trânsito (PVT), foi realizado o Encontro Nacional do Projeto Vida no Trânsito. O evento aconteceu presencialmente em Brasília, nos dias 17 e 18 de novembro [P(3) [vi4] e contou com representantes do PVT e da Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis dos Estados. O encontro teve como objetivo promover o realinhamento do PVT no contexto da convergência entre o PNATRANS e o Plano de DANT. O evento foi uma oportunidade para que os representantes que vêm conduzindo o projeto nos territórios manifestem suas experiências, de modo proporcionar um diagnóstico que subsidie os próximos passos e colocar em perspectiva os avanços, as barreiras, forças e fragilidades do projeto, bem como os anseios, necessidades e meios para reposicionar o PVT frente aos marcos legais e político-programático atuais (ausentes nas primeiras fases do PVT e hoje existentes, inclusive por influência do PVT). O Encontro logrou:

- * resgatar do contexto histórico onde surgiu do PVT e sua evolução;
- * identificar os marcos político-programáticos nos setores trânsito, saúde e as convergência que o cenário atual oportuniza;
- * apresentar o papel da saúde no âmbito federal, em sua participação no órgão máximo normativo de trânsito (CONTRAN), em especial sua participação na Câmara temática que define os rumos, prioridades e ritmos do PNATRANS;
- * apresentar o estado da arte do PVT no que concerne seu grau de implementação nos municípios;
- * apresentar os desafios da gestão informação qualificadas integrada de frente às demandas atuais, instrumentos disponíveis e critérios a serem considerados.

Como encaminhamento do Encontro, será realizado um vídeo a ser disponibilizado online com a proposta da agenda do Ministério da Saúde para o PVT e os próximos passos. Também será divulgado, em 2023, um documento formal do

registro do evento, realizado via relatoria. A portaria com a reformulação do PVT, encontra-se, ainda, na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde seus trabalhos relacionados foram remanejados para o ano de 2023, onde a próxima gestão dará os rumos ao documento.

A coordenação continuou a realizar a articulação interfederativa com estados e municípios para fortalecimento da vigilância e prevenção de violências e acidentes através do uso de ferramentas on-line como o Teams para reuniões, bem como plataformas virtuais para realização de eventos por meio de webinar sobre o tema. Por fim, um conjunto de produtos e serviços corroboraram os resultados propostos neste campo. Entre estes:

* A atualização do Panorama da Mortalidade por Acidentes e Violências e do Panorama da Mortalidade por DCNT e Fatores de Risco associados no Brasil.

* Levantamento e análise da abrangência da legislação de trânsito nacional relacionada aos principais fatores de risco para a ocorrência de acidentes de trânsito, para subsidiar ações intersetoriais promovidas pelo Projeto Vida no Trânsito.

* Análise da implementação da Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009, que regulamenta as atividades dos motociclistas profissionais que transportam passageiros (“mototaxista”) e mercadorias (“motoboy”), e de regulamentos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) que disciplinam as atividades desses profissionais.

* Proposta de produção de podcasts sobre os temas do DASNT a fim de disseminar a informação à população, contendo justificativa, público prioritário, objetivos, estratégia e metodologia.

* Relatório das atividades realizadas, com avaliação, mensuração e divulgação dos resultados das ações de comunicação internas e externas implementadas durante o ano.

* Relatório sobre o curso de R: Importação, limpeza, e análise de dados dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), a ser ministrado para técnicos da CGIAE e CGDANT.

* Relatório sobre o curso de R: Programando mapas em R e Criação de gráficos e introdução ao pacote GGLOT2 a ser ministrado para técnicos da CGIAE e CGDANT.

* Análise sobre lesão autoprovocada com dados do VIVA/Sinan segundo grupos populacionais, faixa etária e sexo.

* Mapeamento dos atores federais que atuam em relação à prevenção da violência e promoção da cultura da paz.

* Análise de dados do SIM sobre suicídio segundo grupo populacional, faixa etária e sexo.

* Análise descritiva de dados sobre acidentes: Quedas, Afogamentos, Queimaduras, Envenenamento e demais acidentes classificados em outras causas externas de lesões acidentais (W00-X59).

* Proposta de padronização de método de cálculo de indicador de mortalidade por abuso de drogas.

* Síntese, em tópicos, das discussões e encaminhamentos dos painéis realizados nos dias 17 e 18 de novembro de 2022 no evento ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO VIDA NO TRÂNSITO e Documento técnico contendo a síntese analítica sistematizada do evento ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO VIDA NO TRÂNSITO, articulando as discussões e encaminhamentos em face aos objetivos geral e específicos e resultados esperados para o evento

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades apresentadas pela COVID-19 foram amenizadas no segundo semestre, inclusive com o retorno de eventos presenciais, a exemplo do Encontro Nacional do PVT e de forma híbrida como a oficina de validação ao APC. A manutenção dos eventos na modalidade híbrida ou online devem ser mantidas, pois reduzem os problemas de dificuldades de agendas, deslocamentos e custos. Os webinars online também se mostraram uma excelente ferramenta de otimização do trabalho e devem ser continuados. Reforça-se a necessidade de se ter uma infraestrutura qualificada dos eventos híbridos (e.g.: internet dedicada; equipes profissionais de filmagem) a fim de aprimorar a sua qualidade da transmissão, favorecendo o engajamento dos participantes. Não obstante, alguns eventos devem ser realizados, sempre que possível, na modalidade presencial, pelas suas características.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

A CGDANT fez a avaliação da ficha de notificação, porém será implementada na versão online, favorecendo a automação de processos e em estratégias tecnológicas para a obtenção do dado de modo mais qualificado. No que se refere ao Projeto Vida no Trânsito tem-se que, no período, foi disponibilizada uma turma para treinamento da Plataforma online do programa, além da avaliação de campo do uso da plataforma. A portaria de reformulação do PVT segue pendente de aprovação pelas instâncias jurídicas do Ministério da Saúde de modo que, apesar dos treinamentos para cidades já aderidas ao PVT, não houve aumento no número de municípios do PVT previsto na meta para o RE1 neste item (elevação 15% de municípios com ações PVT). Relativamente à meta de cobertura de municípios com notificação de violências tem-se, pelos dados mais recentes disponíveis (2021) que se chegou à cobertura de 78,7% dos municípios, enquanto a base de referência ao início do TC em 2018 era 75,7%. Sobre as taxas de mortalidade de acidentes de transporte terrestre, temos percebido estabilidade, de 2018 a 2020, com redução em acidentes de ocupantes de veículos motorizados, demonstrando a necessidade de continuar os trabalhos nesta temática.

TABELA EM ANEXO

2) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	2 Ações da Política Nacional de Promoção da Saúde implantadas e implementadas em estados e municípios.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Número de estados e municípios com ações de promoção da saúde implementadas.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos estados e capitais e/ou municípios com população acima de 1 milhão habitantes com ações de promoção da saúde implementadas; Realização de, pelo menos 2, Seminários da Política Nacional da Promoção da Saúde. Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde. Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	4
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	1

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No âmbito das obras técnicas que celebram os 15 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde foi solicitado, no segundo semestre de 2022, para todos os cadernos, em parceria com a OPAS, o desenvolvimento do projeto gráfico, da diagramação e da revisão gramatical e ortográfica. Entretanto, o status dos cadernos permaneceu o mesmo do primeiro semestre, a saber:

Concluídos: 1- PS e as Cidades; 2- PS e ODS, e 3- Educação Permanente para a Promoção da Saúde.

Em processo de ajuste e elaboração: 4- PS e Poluição Atmosférica e 5- PS e Vigilância de DANT Integrada, o qual deve passar por adequações para contemplar a proposta do edital.

Em aberto: 6- PS e Violências e Acidentes, que teve desistência do 1º colocado e o 2º colocado apresentou projeto reajustado após reunião com a curadoria e Comitê organizador. O projeto está em análise; 7- Saúde Mental e PS, cujo alinhamento para elaboração será apresentado no início de janeiro de 2023, para avaliação da contratação por parte do 3º colocado; e 8- PS e Formação de Profissionais na Produção de Conhecimento, Graduação e Pesquisa. Os cadernos sobre 9- DSS e Desigualdades na PS e 10- Educação Básica e PS estão sob avaliação da Comissão Organizadora para definição dos próximos passos.

Antes de serem liberadas para a elaboração do projeto gráfico, diagramação e revisão gramatical, todas as obras serão submetidas à análise do Comitê Editorial da OPAS. As Obras técnicas têm como objetivo central apoiar a implementação da PNPS nos territórios em articulação com temas e questões estratégicas. Algumas iniciativas para implementação das Obras Técnicas já foram iniciadas.

No intuito de articular, fortalecer e apoiar o monitoramento e avaliação de políticas, programas, projetos, ações e iniciativas de promoção da saúde com ênfase no alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável, na efetivação do Plano de DANT e na promoção da equidade, a CGDANT e a OPAS, em articulação com o DEPROS, participaram do evento de ruas completas, que traz o componente da Promoção da Saúde.

Vale ressaltar que as ações relacionadas ao RE2 estiveram ligadas às atividades do RE1, principalmente no mapeamento das ações da CGDANT e do DEPROS que convergem nas temáticas de prevenção de acidentes e violências e redução de mortes e lesões no trânsito. Um exemplo disso foi a fala trazida pelo DEPROS no Encontro Nacional do Projeto Vida no Trânsito sobre a mobilidade urbana sustentável e seus desafios para a promoção da saúde.

No segundo semestre de 2022, deu-se continuidade ao desenho do projeto de vigilância de DANT integrada, com o avanço no desenho da vigilância de DANT. O escopo dos itinerários formativos está em desenvolvimento.

Seguindo no intuito de fomentar uma vigilância de DANT integrada, a equipe da CGDANT seguiu com a articulação com o Programa Saúde na Escola (PSE), lotado na Atenção Primária. O Programa possui um conjunto de ações que se articulam diretamente com a vigilância dos fatores de risco para as DANT, a saber: promoção da alimentação adequada e saudável, promoção da atividade física, prevenção de violências e acidentes, promoção da cultura de paz e direitos humanos, entre outras ações.

Assim, em 2022 a CGDANT continuou a elaboração dos cadernos temáticos e guia de bolso sobre prevenção de violências e acidentes e finalizou a revisão do caderno temático e guia de bolso sobre promoção da cultura de paz e direitos humanos.

Esses materiais estão em processo de validação pela equipe do PSE e devem ser disponibilizados para o público, gestores e profissionais da saúde e da educação, ainda no começo de 2023.

Os materiais revisados e elaborados tratam:

- Caderno de Cultura da Paz e Direitos Humanos:

Capítulo 1 - Discussão sobre Cultura de Paz e Direitos Humanos, reconhecendo a escola como espaço de interações sociais. Tópicos importantes a serem observados na revisão do Projeto Pedagógico. Município como território de responsabilidade compartilhada com as famílias, escolas e unidades de saúde.

Capítulo 2 - Importância da Articulação em rede. Núcleos de Prevenção de Violências e Acidentes e Promoção de Saúde e Cultura da Paz. Como promover a cultura da paz nos territórios como um todo e escola como espaço importante. Ações que norteiam a temática de cultura de paz. Fatores protetores (capacidade individual, família e ambiente próximo).

- Caderno de Prevenção de Violências e Acidentes:

Capítulo 1: VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- * Alguns dados sobre a violência familiar e sexual contra crianças e adolescentes,
- * Impacto das violências em diferentes fases do desenvolvimento infantil,
- * Sinais de que uma criança pode ser vítima de violência familiar ou sexual,
- * Mitos e verdades sobre a violência sexual contra as crianças e adolescentes,
- * papel da escola frente à violência familiar e sexual contra crianças e adolescentes,
- * Escola como parte da rede de proteção,
- * Como abordar/conversar com uma criança/adolescente sob suspeita de ser vítima de abuso,
- * Como a escola deve agir frente a um caso de abuso infantil,
- * Violência no namoro, que é?
- * Qual consequência?
- * Como prevenir? receber/aceitar o outro, habilidades (busca/oferta de ajuda, regulação das emoções, manejo de conflitos e uso de recursos internos, do parceiro e do contexto).

Capítulo 2: BULLYING E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS. Crenças e comportamentos aprendidos

durante os primeiros anos de vida estão relacionados com os caminhos escolhidos na idade adulta. Estereótipos e conflitos. Como a violência se manifesta e pode ocasionar o bullying. Conceito de bullying. Bullying direto ou indireto. Cyberbullying. Dados da PeNSE 2019. Comportamentos, eventos e situações geradores de bullying.

Capítulo 3: AUTOMUTILAÇÃO E SUICÍDIO

- * Conceitos fundamentais sobre automutilação e suicídio
- * Principais fatores de risco e características dos comportamentos suicidas na população jovem
- * Prevenção da automutilação e do suicídio. Identificação precoce e intervenção sobre fatores de risco é uma importante estratégia de prevenção.
- * Alguns aspectos sobre prevenção do suicídio e notificação dos casos

Capítulo 4: ARTICULAÇÃO EM REDE

- * Atores que fazem parte da Redes de Atenção Integral e Proteção às Pessoas em Situação de Violências.
- * Linha de cuidado.
- * Sinais de suspeita de violências (psicológica, física, sexual, indicativos de negligência).
- * Notificação e Comunicação ao Conselho Tutelar. Escuta protegida.

Capítulo 5: PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRÂNSITO

- * Promoção da Educação para o Trânsito na escola.
- * Diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) para o desenvolvimento de atividade extracurricular no Ensino Médio.
- * Participação.
- * Objetivos da Educação para o Trânsito.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

O segundo semestre de 2022, por estar boa parte dentro do período eleitoral, foi relativamente curto. O desenvolvimento das atividades relacionadas à Promoção da Saúde foi priorizado nas ações transversais, integradas e intersetoriais, sendo parte integrante das atividades do RE1. A necessidade de otimizar recursos, tanto humanos quanto financeiros, fortaleceu o desenvolvimento de ações conjuntas nas temáticas da Coordenação. Entretanto, o trabalho mais específico com relação à capacitação de profissionais, aos determinantes sociais e à redução das iniquidades no país foram prejudicadas. Estas ações devem ser trabalhadas no próximo ano, especialmente de forma online, quando possível.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

A elaboração dos cadernos temáticos da Promoção da Saúde, bem como o trabalho integrado e transversal auxiliam no atingimento das metas previstas em ambos os Termos de Ajuste do TC. Importante ressaltar que já foi atingido 50% da meta do 1 TA em relação à realização de Seminário Nacional da PNPS. Entretanto, as metas deste TC devem ser vistas com cautela, uma vez que a coordenação da PNPS não está mais sob a tutela deste departamento, não dependendo deste a realização do próximo seminário. Isso vale para as metas: Pelo menos 1 publicação anual sobre Promoção da Saúde e Realização de pelo menos 1 reunião técnica anual para a implantação da PNPS. Quanto aos estados e municípios com ações de promoção da saúde, cabe enfatizar, no próximo ano, a adoção das diretrizes do Plano de DANT nos planos estaduais e municipais de saúde.

3) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	3	Bases de dados integradas e sistemas de Informação aprimorados.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento do percentual de registro de óbitos com causa definida nos estados Aumento da Cobertura do SINASC e qualidade do preenchimento da declaração de óbito e de nascido vivo.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	95 % de causa definida de óbito SIM, 99% de cobertura do SINASC, Desencadear ao menos 1 atividade anual de busca ativa de nascimentos e óbitos nos Estados e Municípios orientada por bases de dados integradas com outros setores. Realização de pelo menos 1 encontro anual para qualificação da causa de óbito.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	7	
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	7	

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

e-SUS Notifica: No segundo semestre de 2022 foram implementadas melhorias evolutivas no e-SUS Notifica para adequar a ficha de notificação de casos de síndrome gripal leve e moderada suspeitos de covid-19, e também para a implantação de novos módulos, conforme descrito a seguir:

- Melhorias no e-SUS Notifica para atender às solicitações dos usuários e da área negocial para que a usabilidade do sistema fosse otimizada, a saber:
 - Inclusão dos campos de vacina referente a segunda dose de reforço;
 - Inclusão dos campos referente ao tratamento utilizado para covid-19.
 - Atualização dos materiais técnicos do sistema para o módulo de 'notificação covid-19', como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de covid-19.
 - Desenvolvimento e homologação do formulário referente a Doença de Chagas Crônica (ambiente de homologação e teste).
 - Revisão dos materiais técnicos do sistema para subsidiar os usuários no que diz respeito a notificação de Doença de Chagas Crônica (DCC), como dicionário de dados, tutorial de navegação e do instrutivo de preenchimento da ficha de notificação de covid-19.
 - Elaboração do manual de instrução do e-SUS Notifica.
- Participação na Oficina Piloto para a implantação do formulário de notificação de 'Doença de Chagas Crônica (DCC)' no e-SUS Notifica, realizada em Recife/PE com a participação de técnicos da vigilância do Estado e municípios endêmicos, além de homologações assistidas sobre o formulário de DCC com representantes indicados pelo CONASS e CONASEMS.
- Reestruturação do Robô Notifica para a integração dos registros de covid-19 oriundos de sistemas próprios de notificação (PR, ES, Florianópolis/SC; Porto Alegre/RS e Palmas/TO), revisão de documentação e Homologação do Painel de processamento e integração do Robô Notifica.
- Participação na Reunião Nacional de Síndromes Gripais e Avaliação da resposta da Vigilância para a pandemia da covid-19 no Brasil.
- Suporte aos usuários via e-mail esusve.evs@saude.gov.br e também via sistema DATASUS Web atendimento.

SIM e SINASC: Foram realizadas ações contínuas para agilizar, acompanhar e monitorar a atualização e a integridade dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – Sinasc e do Sistema de Informações sobre Mortalidade –

SIM, visando a garantia da tempestividade dos dados coletados e enviadas por estados, municípios e o Distrito Federal para compor a base federal desses sistemas de informação no âmbito do Ministério da Saúde. A partir dessas ações, foram elaborados relatórios, a saber:

- Avaliação do indicador de proporção de registros de óbitos alimentados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) em relação ao estimado, recebidos na base federal em até 60 dias após o final do mês de ocorrência do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) no ano de 2021 em comparação ao ano de 2020;
- Elaboração e envio dos relatórios preliminares e final do PQA-VS referente ao SIM do ano de 2021, em que 4.844 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan. a jun.), 5.192 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan. a set) e 5.167 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan. a dez).
- Para o Sinasc, também foram elaborados e enviados os relatórios preliminares e final do PQA-VS do ano de 2021, em que 2.767 municípios alcançaram a meta no primeiro resultado preliminar (jan. a jun.), 3.004 municípios alcançaram a meta no segundo resultado preliminar (jan. a set) e 2.828 municípios alcançaram a meta no resultado final (jan. a dez).
- Avaliação do monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc, para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde no ano de 2021.
- Foram entregues os relatórios mensais referentes ao ano de 2021, com a síntese da avaliação de UF e municípios, quanto a regularidade na alimentação dos sistemas SIM e Sinasc, informando as listas de municípios que apresentaram irregularidades de bimestres referente aos indicativos de bloqueio em maio 2021, setembro 2021 e janeiro de 2022. Referente ao SIM, ficaram irregulares 41, 26 e 18 municípios respectivamente.
- Para o Sinasc, também foram entregues os relatórios mensais referentes ao ano de 2021, onde ficaram irregulares 71, 43 e 40 municípios respectivamente.
- Análise de completude dos campos que compõem o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no ano de 2021.
- Elaborado e disponibilizado aos 26 Estados e o Distrito Federal relatório de qualidade com o objetivo de orientar os gestores e interlocutores na revisão e correção de inconsistências nos registros dos sistemas Sinasc e SIM para o aprimoramento da qualidade dos dados de natalidade e mortalidade para publicação de dados finais de 2021.
- Retomada das ações relacionadas à homologação das versões 4.0 (online) do SIM e do Sinasc que havia sido comprometido pela pandemia. Devido às dificuldades para a reprogramação das ações conforme o planejamento inicial para o segundo semestre de 2021, optamos por uma versão 4.0 simplificada e mudamos o cenário para homologar e treinar as equipes somente para a saúde indígena de maneira a compensar os atrasos ocorridos.
- Aprimoramento do scripting para localização de registros de pessoas possivelmente não identificadas no SIM, visando a análise e cruzamento com informações de pessoas desaparecidas para a possível identificação de óbito de pessoa desaparecida.
- Desenvolvimento e revisão da ferramenta QualificaBD – Sistemas linha da vida.
- Composição de Grupos de Trabalho para atualização da Declaração de Óbito.

- Elaboração de relatórios acerca de proposições para atualização da Declaração de Óbito e da Declaração de Nascido Vivo.
- Organização do repositório da Câmara Técnica Assessora para Gestão da Família de Classificações Internacionais, disponível, em: <http://plataforma.saude.gov.br/cta-br-fic/>
- Elaboração de Nota Técnica para divulgação acerca do cronograma de implantação da CID-11 nos sistemas de informação no âmbito da vigilância em saúde no Brasil.
- Elaboração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Vigilância em Saúde e Secretaria Nacional de Segurança Pública com objetivo de melhorar a qualidade dos sobre mortalidade por causas externas;
- Apresentação da proposta do GT DO em seminário organizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha com participação de representantes dos Instituto Médico-Legais de todo país;
- Apresentação da proposta de revisão da Declaração de Óbito ao Conselho Federal de Medicina;
- Envio de questionário sobre a revisão da Declaração de Óbito para os gestores estaduais do Sistema de Informações sobre Mortalidade;
- Conclusão do relatório sobre a proposta de revisão da Declaração de Óbito elaborada pelo Grupo de Trabalho – Declaração de Óbito;
- Realização de um seminário “Revisão da Declaração de Óbito – alguns desafios”; e
- Iniciado processo de atualização das tabelas de decisão do sistema Seletor de Causa Básica (SCB), conforme recomendações da Organização Mundial de Saúde - OMS, referente ao período 2009 a 2020.

PROGRAMA E-SUS LINHA DA VIDA:

e-SUS Sinan: Lançado no segundo semestre de 2022 o e-SUS Sinan foi desenvolvido para possibilitar os registros individuais (notificações, investigações e conclusão) de casos (suspeitos e/ou confirmados) de Monkeypox (CID-10: B04), doença que foi declarada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em julho de 2022, conforme descrito a seguir:

- Desenvolvimento da estrutura do sistema e implementação das fichas de notificação (baseada no conjunto mínimo de dados – CMD), investigação e conclusão de Monkeypox.
- Criação de perfis de acesso (auto cadastro para notificador e vínculo com o SCPA para vigilância);
- Desenvolvimento de novos perfis de acesso (Administrador, Gestor, Digitador e Leitor) no e-SUS Sinan;
- Elaboração de materiais técnicos tais como fichas, instrutivos, dicionários de dados e manual de orientação do usuário.
- Elaboração do TAP do e-SUS Sinan.
- Reuniões semanais com o Grupo de Trabalho constituído por representantes do CONASS, CONASEMS e gestores estaduais, em conformidade com a Resolução nº 6, de 6 de novembro de 2013.

e-SUS Declarações: Foram realizadas atividades com o objetivo de dar celeridade ao processo de modernização do Sinasc e do SIM, tais como:

- Levantamento e adequação da legislação pertinente de DNV e de DO (em curso);
- Elaboração das regras de negócio e modelagem de banco de dados para e-DNV (em curso);
- Reuniões semanais com o Grupo de Trabalho constituído por representantes do CONASS, CONASEMS e gestores estaduais, em conformidade com a Resolução nº 6, de 6 de novembro de 2013.

- Elaborar módulos, levantamentos de requisitos e funcionalidades do sistema;
- Abertura do Projeto e demandas no Redmine (monitoramento e controle das ações executadas).
- Criação de perfis de acesso via SCPA.
- Login com autenticação via gov.br
- Elaboração de documento técnico contendo os fluxos (História de Usuário), mensagens de sistema e critérios de aceite da Declaração Eletrônica de Nascido Vivo – DNV.
- Elaboração e articulação com os estados de MG, SP, SC, RR, PE e GO para execução do Projeto Piloto da Nova DNV.
- Elaboração do manual com instruções sobre o preenchimento da nova DNV.

SINAN: Atualmente é possível notificar as doenças e agravos constantes na Portaria GM/MS nº 1.102, de 13 de maio de 2022, sendo facultado aos estados e municípios a inclusão de outros problemas de saúde importantes em sua região. No primeiro trimestre de 2022, foram registradas 1.045.219 notificações, das quais 28% se referiam à dengue, e no segundo trimestre 607.942 registros (27% de dengue), totalizando 1.653.161 notificações no Sinan (versões NET e Online).

Atividades desenvolvidas:

- Acompanhamento das demandas de manutenção (corretiva e evolutiva) do aplicativo auxiliar SAPSS – Sistema de Acompanhamento e Produção SISNET/SINAN.
- Foram concluídos e validados os scripts de exportação de agravos do Sinan Net e Sinan Online, totalizando sete (07) doenças. O desenvolvimento das demandas foi acompanhado semanalmente pela Unidade Técnica do Sinan.
- Foram disponibilizados semanalmente as bases de dados completas e anonimizadas dos sistemas Sinan e e-SUS VS do Espírito Santos nas pastas de compartilhamento dos dados do Sinan específicas para cada doença/agravo, nos servidores \srvdf035\GTSINAN_CI\ e \srvdf035\GTSINAN do MS. Para a anonimização das bases de dados do e-SUS VS foram elaborados 51 scripts.
- Durante o segundo semestre de 2022 foram atualizadas as bases de dados do Sinan, disponibilizadas pelas áreas técnicas, para tabulação com auxílio do TabNet e Tabwin (micro dados) de 10 doenças/agravos. Desenvolvido 43 scripts para o processo de inclusão do campo “ano de nascimento” (ANO_NASC) a partir do campo “data de nascimento” (DT_NASC) para as doenças e agravos publicados nos arquivos dissemináveis.
- Foram realizados seis (06) monitoramentos da regularidade na alimentação do sistema de informação Sinan, com auxílio do Sinan Relatórios e SAPSS. Para os dados do e-SUS VS Espírito Santo (sistema próprio), o monitoramento foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel. Foi elaborado, como método auxiliar, um script para automatização do monitoramento provenientes deste sistema;
- Em dezembro, foram entregues os resultados preliminares de 2022 do indicador 06 do PQA-VS “Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata nacional (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação” a partir de dados do Sinan. Para os dados do e-SUS VS, Espírito Santo, o cálculo foi realizado por meio da Microsoft Office 365 – Excel;
- Restabelecido API e Painel de Monitoramento das Arbovirose notificadas no Sinan Online (Elasticsearch/Kibana);
- Foi realizado apoio aos pontos focais do estado de Mato Grosso do Sul, Paraíba e Santa Catarina, responsáveis pela Sinan, onde foram abordados aspectos operacionais do sistema e transferências de informações entre os níveis de governo;
- Em relação as atividades dos guardiões das bases de dados do Sinan no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foram disponibilizadas cinco bases de dados (Toxoplasmose, Rotavírus, Tuberculose e AIDS adulto).

RESP-Microcefalia: No segundo semestre de 2022, as seguintes ações foram realizadas, considerando o Registro de

Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia):

- Foram desenvolvidas as atividades de guardiões da base de dados do RESP-Microcefalia no âmbito da Sala de Acesso Restrito em atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Foi realizada reunião com pontos focais do estado da Bahia, responsáveis pela vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, onde foram abordados aspectos relacionados ao uso do RESP-Microcefalia e BI-RESP;
- Foi realizado apoio aos pontos focais do estado de Minas Gerais, responsáveis pela vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, onde foram abordados aspectos relacionados ao encerramento dos casos no RESP-Microcefalia;
- Foi realizada atualização dos usuários com acesso ao RESP-Microcefalia e BI-RESP, quanto a quais acessos deveriam ser mantidos ou excluídos, conforme devolutiva dos estados;
- O Manual de instrução do RESP-Microcefalia e BI-RESP foi atualizado e publicado, estando atualmente disponível para acesso na Plataforma IVIS (<https://bit.ly/3PluBWV>);
- Foi realizada a disponibilização dos dados sobre casos suspeitos de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, provenientes do RESP – Microcefalia para tabulação no TABNET (<https://bit.ly/2VXdjI5>);
- Foi realizada a disponibilização da base de disseminação do RESP - Microcefalia, dicionário de dados e arquivos DEF e CNV para tabulação no TABWIN (<https://bit.ly/3kHMsKv>);
- Foi elaborada e publicada Nota Informativa sobre a realização da avaliação semestral dos atributos de qualidade de dados (consistência dos dados e duplicidade) e oportunidade de encerramento dos casos no RESP-Microcefalia;
- Foram produzidos e divulgados informes internos sobre o monitoramento dos casos notificados de Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika no RESP-Microcefalia;
- Foi realizado um relacionamento probabilístico entre as bases de dados do RESP-Microcefalia, Sinasc, e SIM com o objetivo de apresentar a situação epidemiológica da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika no Brasil, no período de 2015 a 2022.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

A principal dificuldade encontrada foi o término dos contratos das fábricas responsáveis pelo desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação junto ao Datasus.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

As ações programadas no Plano de Trabalho Anual (PTA) foram realizadas de forma a não comprometer o alcance das metas no segundo semestre de 2022.

4) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)		
Nº do RE/Descrição do RE:	4	Produção e análise da situação de saúde realizada.
Indicador(es)		
Descrição do(s) indicador(es)	Publicações de análise de situação de saúde.	
Meta(s)		
Descrição da(s) meta(s)	Realização de 20 publicações anuais sobre análise de situação de saúde.	
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual		
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:		5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:		5

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No segundo semestre de 2022, foram elaborados 5 boletins epidemiológicos sobre os seguintes temas:

- Situação epidemiológica da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika: Brasil, 2015 a 2022, até a SE 31;
- Casos notificados e confirmados de covid-19 nos povos quilombolas, 2021 e 2022;
- Mortalidade por queimaduras, Brasil, 2015 a 2020;
- Mortalidade infantil no Brasil em 2009 a 2020; e
- Mortalidade materna por aborto no Brasil, 2010 a 2021.

A seguir, são listados os artigos ou capítulos de livro elaborados ou submetidos para publicação:

- Registro de Eventos em Saúde Pública (RESP-Microcefalia): histórico e descrição da principal fonte de dados para a vigilância da Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika no Brasil (Finalizado, aguardando publicação).
- Congenital anomalies in Brazil, 2018: estimating the prevalence at birth based on data from the vital statistics information systems (Artigo finalizado, mas ainda não submetido).
- Capítulo nº 1 do Saúde Brasil intitulado “Como nascem os brasileiros: As epidemias de Zika e COVID-19 e sua potencial influência na redução da taxa de natalidade no Brasil, 2011 a 2021” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 2 do Saúde Brasil intitulado “Mortalidade Materna no Brasil por região, 2015 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 3 do Saúde Brasil intitulado “Mortalidade Infantil e na Infância no Brasil, 2010 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 4 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Perfil de nascidos vivos com Anomalias Congênicas no Brasil, 2018 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 13 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Fatores de risco não genéticos para anomalias congênicas estruturais: uma revisão narrativa da literatura” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 14 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Fatores de risco e desfechos em saúde no nascido vivo: um estudo a partir do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - Brasil, 2011-2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 18 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Desfechos gestacionais decorrentes da infecção pelo vírus Zika durante a gestação no Brasil, no período de 2015 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo nº 16 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Perfil epidemiológico e desfechos em saúde associados à toxoplasmose congênita, Brasil, 2019 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo do Saúde Brasil 2022 intitulado “Completeness, consistency and opportunity of notification, digitization and closure: analysis of the quality of information of covid-19 in e-SUS Notifica, 2020-2021” (Finalizado, aguardando publicação).
- Capítulo Saúde Brasil 2022 sobre o desempenho do Sistema de Informações sobre Mortalidade na era da pandemia de covid-19 no Brasil (Finalizado, em diagramação).
- Capítulo nº 21 do Saúde Brasil 2022 intitulado “Sistema de Informação de Agravos de Notificação: Oportunidade de Notificação, Digitação e Encerramento de Casos Pelo Sistema Nacional De Vigilância Epidemiológica no Brasil, 2018 a 2020” (Finalizado, aguardando publicação).
- Publicação do livro “Guia prático - Diagnóstico de anomalias congênicas no pré-natal e ao nascimento”, disponível em: <https://bit.ly/3FI2NsQ>.
- Publicação da tradução do livro em inglês “Birth defects surveillance: quick reference handbook of selected congenital anomalies and infections” da OMS, para o português “Anomalias e infecções congênicas selecionadas: guia de consulta rápida”, disponível em: <https://bit.ly/3PJ56zO>.

- Publicação do Guia de vigilância em Saúde - 5ª edição (revisada e atualizada) - Capítulo 1 – Vigilância de Anomalias Congênitas ao Nascimento, disponível em: <https://bit.ly/3FJZscy>.
- Publicação do Guia de vigilância em Saúde - 5ª edição (revisada e atualizada) - Capítulo 7 - Síndrome Congênita associada à infecção pelo vírus Zika, disponível em: <https://bit.ly/3YrkOmC>.
- Publicação do Resp-Microcefalia: Manual de Instruções, versão 1.0, disponível em: <https://bit.ly/3uGDMHY>.
- Publicação do Health Brazil 2020/2021 priority congenital anomalies for surveillance at birth, disponível em: <https://bit.ly/3FSDyEc>
- Publicação do Salud Brasil 2020/2021 - Anomalías Congénitas Prioritarias para Vigilancia Del Nacimiento, disponível em: <https://bit.ly/3WzIm79>
- Publicação do Manual de Instruções de Preenchimento da Declaração de Nascido Vivo, disponível em: <https://bit.ly/3PzeDZL>.
- Elaboração dos capítulos sobre o Sinasc e o SIM para composição do livro sobre o “Perfil das bases de dados da vigilância em saúde” (Finalizado, em diagramação);
- Elaboração do capítulo sobre Mortalidade Materna associada à Covid-19 para compor o Caderno especial de indicadores básicos de Covid-19: <https://tinyurl.com/yf7rrnys>
- Elaboração do capítulo “Perfil de Dados do perfil de bases de dados do e-SUS Notifica” para composição do livro sobre o “Perfil das bases de dados da vigilância em saúde” (Finalizado, em diagramação).

A seguir, são listados os projetos iniciados ou finalizados:

- Proposta para nova metodologia para o monitoramento da regularidade na alimentação dos sistemas de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Mortalidade (SIM) e monitoramento dos Indicadores 1 (SIM) e 2 (Sinasc) no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS).
- Projeto-piloto “Vigilância e Atenção em Anomalias Congênitas”, que está sendo desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, em parceria com Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- Projeto em parceria com a Universidade de Pernambuco, intitulado “Síndrome de Zika congênita: estudo clínico-epidemiológico a partir de coortes populacionais e em serviços de saúde envolvendo gestantes e crianças” que está sendo realizado por meio de convênio (em curso, encerramento em dezembro de 2022).
- Projeto em parceria com a UFMG (GBD-Brasil) para correção das estimativas de mortalidade a partir dados do SIM, considerando dados faltantes, sub-registro e causas inespecíficas, por meio de Carta Acordo com a Opas (em curso).
- Celebrado Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre o MS, representado pela CGIAE/DAENT, e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha - CICV para caracterização do perfil epidemiológico de óbitos de pessoas não identificadas nas bases de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, do período de 2015 a 2022, a partir do desenvolvimento de algoritmo para seleção de tais óbitos no SIM.
- Parceria, por meio de uma carta acordo, via OPAS, com a Universidade Federal de Minas Gerais para atualização da CID-10 e tradução da CID-11 para o português.
- Divulgação do estudo de estimativas populacionais por município, idade e sexo para o ano de 2020 e 2021 no portal do TABNET/Datasus.
- Firmado ACT entre o MS e o Instituto Brasil de Geografia e Estatística (IBGE). O referido ACT visa a implementação de ações conjuntas para realização do trabalho de pareamento entre suas bases de estatísticas vitais e gerar estimativas de sub-registro e subnotificação dos eventos vitais, nascimento e óbitos.
- Em andamento ACT entre o MS e o Ministério da Justiça. O presente ACT visa estabelecer compromisso entre o MS e o Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) de modo a implementar ações conjuntas para estabelecimento de ações para melhoria da qualidade dos dados dos óbitos por causas externas no Brasil.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

As dificuldades encontradas para desenvolver as atividades foram contornadas em parcerias e apoio com áreas envolvidas.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

Com a produção e análises de situação de saúde realizadas no primeiro semestre de 2022, a meta de 20 publicações anuais foi alcançada.

5) AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

Resultado Esperado (RE) (definido na Matriz Lógica)	
Nº do RE/Descrição do RE:	5 Vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbitos (SVO) ampliados.
Indicador(es)	
Descrição do(s) indicador(es)	Aumento na proporção de óbitos investigados de mulheres em idade fértil, infantis e fetais e aumento de óbitos atestados e notificados pelos SVO's e ODS 3.1 e 3.2.
Meta(s)	
Descrição da(s) meta(s)	100% dos médicos patologistas pertencentes à rede nacional dos serviços de verificação do óbito capacitados para o correto diagnóstico de causas de morte e notificações de doenças/agravos de importância epidemiológica por meio de 1 treinamento anual. Realização de 10 visitas técnicas anuais para o monitoramento dos serviços. Revisão de 1 publicação científica com diretrizes para os serviços (SVO). Manutenção do painel WEB de monitoramento semestral dos dados produzidos pelo SVO.
Ação(ões) programada(s) e finalizada(s) para o período no Plano de Trabalho Anual	
Nº total de ações programadas para o período com base no PTA:	5
Nº total de ações finalizadas no período com base no PTA:	5

a) Comentar sobre o progresso das ações programadas no PTA:

No segundo semestre de 2022, os principais produtos referentes à vigilância do óbito materno e infantil e Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito foram:

- Realização de duas (2) visitas de supervisão aos SVO credenciados a RNSVO: Salvador/BA e Fortaleza/CE.
- Atualização do Manual de manejo de corpos no contexto da Covid-19, definição dos procedimentos para retorno na realização de necropsia convencional (em curso).
- Reunião de Planejamento Estratégico com os diretores dos SVO com objetivo de definir o planejamento de 2023.
- Reunião com as vigilâncias estaduais do óbito materno e infantil sobre a notificação oportuna desses óbitos.
- Realização de análise da linha de base dos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), oriundas dos SVO da Rede Nacional dos Serviços de Verificação do Óbito - RNSVO, para posterior monitoramento comparativo dos SVO, para implementação de ações.
- Elaboração de Nota Informativa Nº 4/2022-CGIAE/DAENT/SVS/MS com orientações gerais aos Serviços de Verificação de Óbito (SVO) sobre manejo de corpos no contexto do Monkeypox.
- Elaboração de Nota Informativa Nº 5/2022-CGIAE/DAENT/SVS/MS com orientações e recomendações a seguir, a respeito das atividades dos serviços funerários e sobre o funeral em caso de óbito pelo vírus Monkeypox.
- Participação na elaboração de Plano de Contingência Nacional para Monkeypox - Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública: COE Monkeypox.
- Webinar realizado em parceria com os SVO de Fortaleza e São Paulo e a Universidade de Barcelona, com objetivo de ampliar a divulgação da Autopsia Minimamente Invasiva (AMI).
- Curso de treinamento em AMI, para patologistas dos SVO de Fortaleza e Barbalha/CE, com participação de integrante da equipe do SEVO.
- Elaboração de documento técnico contendo análise quantitativa dos óbitos infantis e fetais e avaliação da informação sobre a causa básica de óbito infantil por Unidade Federativa no período de 2015 a 2020.
- Elaboração de documento técnico contendo análise quantitativa de óbitos maternos por Unidade Federativa e avaliação da informação sobre a causa básica de óbito materno no período de 2010 a 2020.
- Boletim Epidemiológico com análise quantitativa dos óbitos infantis por Unidade da Federação, no período de 2015 a 2021, bem como das causas básicas desses óbitos (no prelo).
- Reunião com a CG-GRIFE/DEDIT sobre a produção de Nota Técnica a respeito da exumação de corpos – Covid 19.
- Elaboração da minuta de portaria que estabelece os critérios para habilitação dos Serviços de Verificação de Óbito -

SVO à Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito – RNSVO (em curso).

- Elaboração da minuta de Portaria que estabelece os critérios de repasse de recurso aos Serviços de Verificação de Óbito - SVO à Rede Nacional de Serviços de Verificação de Óbito – RNSVO (em curso).
- Aplicação de questionário sobre o fluxo de pessoas não identificadas ou identificadas, porém, não acompanhadas/reclamadas, nos Serviços de Verificação do Óbito (SVO) credenciados à Rede Nacional.
- Elaboração de documento técnico contendo fluxo envolvendo corpos de pessoas identificadas, mas não acompanhadas ou não reclamadas, junto aos Serviços de Verificação de Óbito - SVO do Brasil (em curso).
- Elaboração de um manual de resgate de Declaração de Óbito, no âmbito da Vigilância do Óbito, a partir dos protocolos da Busca Ativa de óbitos e nascimentos (em curso).
- Colaboração com o projeto “Trilhas de Aprendizagem em informações e análises epidemiológicas”.
- Elaboração de parecer de mérito dos contratos de repasse para construção de novos SVO.

b) Detalhar as dificuldades, intervenções requeridas e/ou sugestões para execução do plano de trabalho, se existentes

Apesar da aprovação do projeto – modalidade Carta Acordo – com a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo, para treinamentos de patologista que atuam em SVO Credenciados a RNSVO, no método de Autópsia Minimamente Invasiva (AMI), encontra-se impedimentos dos SVO, dentre eles, o custeio para o treinamento e a liberação dos médicos patologistas de outros vínculos.

c) Relacionar o progresso das ações programadas no PTA com o alcance do resultado esperado, considerando os indicadores e as metas:

- Entre maio e setembro de 2022 foram capacitados 22 profissionais da RNSVO referente à Autopsia Minimamente Invasiva (AMI) dos Serviços de Verificação do Óbito de Palmas/TO, Belém/PA, Recife/PE, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Ribeirão Preto/SP, Cascavel/PR, Goiás.
- Reestruturação da equipe do Serviço de Vigilância e Verificação do Óbito.

4.2 RESUMO SEMESTRAL: 2º SEMESTRE

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1	7	4	3	75%
2	4	1	3	25%
3	7	7	0	100%
4	5	5	0	100%
5	5	5	0	100%
Total:	28	22	6	80%

5. RESUMO ANUAL

5.1 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ESPERADOS (com base na execução do plano de trabalho anual)

1) Situação do progresso das ações programadas, finalizadas com relação ao PTA

Avaliação geral das ações programadas no ano			
Situação do projeto	1º semestre de 2022	2º semestre de 2022	Anual 2022
Nº total de RE com ações programadas no período	5	5	5/5
Nº total de ações programadas	24	28	52
Nº total de ações finalizadas	19	22	41

RE	Ações programadas	Ações finalizadas	Ações adiadas/canceladas	% estado de avanços das ações
1/1	13	9	4	77%
2/2	8	3	5	32%
3/3	14	14	0	90%
4/4	9	8	1	87%
5/5	8	7	1	87%
Total:	52	41	11	74%

5.2 CONTRIBUIÇÃO ÀS PRIORIDADES DO GOVERNO E AO PLANO ESTRATÉGICO DA OPAS

Quanto às prioridades de governo, destacam-se:

- PROGRAMA: 5023 - Vigilância em Saúde
- OBJETIVO: 1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

Quanto às contribuições ao Plano Estratégico da OPAS, destacam-se os seguintes Resultados Imediatos (RIM) e respectivos indicadores:

- 6.2 Países e territórios habilitados para estabelecer procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais a fim de fortalecer a resposta dos sistemas de saúde à violência (Indicador 6.2.a: Número de países e territórios que aplicam procedimentos normalizados de trabalho, protocolos ou diretrizes nacionais para a resposta do sistema de saúde à violência, em consonância com as diretrizes do OPAS e do OMS).
- 15.1 Países e territórios habilitados a fortalecer políticas e leis multissetoriais que promovem a segurança viária e reduzem os fatores de risco relacionados (Indicador 15.1.a: Número de países e territórios que possuem leis ou regulamentos de segurança viária para os cinco principais fatores de risco: velocidade, direção embriagada, uso de capacete em motociclistas, cinto de segurança e uso de dispositivos retenção para crianças).
- 15.2 Fortalecer a capacidade dos principais setores de prevenir a violência por meio da colaboração multissetorial (Indicador 15.2.a: Número de países e territórios que estão implementando um plano ou política nacional multissetorial para prevenir e responder à violência que abrange pelo menos os setores de saúde, justiça, serviços sociais e educação)
- 18.1 Países e territórios habilitados para abordar os determinantes sociais da saúde. (Indicador 18.a: número de países e territórios que elaboraram políticas, planos, programas e projetos de saúde nacionais, subnacionais e locais para abordar os Determinantes Sociais da Saúde e as desigualdades/iniquidades.)
- 19.4 Países e territórios habilitados para promover a saúde de maneira sistemática dentro e fora do setor saúde. (Indicador 19.4.a: Número de países e territórios que aplicam uma política nacional de promoção da saúde).
- 20.1 Países e territórios com poderes para desenvolver e executar planos nacionais para fortalecer sistemas de informação em saúde baseados em avaliação (Indicador 20.1 a: Número de países e territórios que realizaram uma avaliação e desenvolveram um plano para fortalecer os sistemas de informação em saúde)
- 20.2 Países e territórios com poderes para adotar e executar planos de ação nacionais para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais (Indicador 20.2.a: Número de países e territórios que executam um plano de ação atualizado para fortalecer a qualidade e a cobertura de estatísticas vitais)
- 26.2 Países e territórios habilitados para executar políticas, planos e estratégias a fim de impulsionar a equidade em saúde. (Indicador 26.2.a: Número de países e territórios que executam políticas, planos e estratégias para impulsionar a equidade em saúde).

5.3 LIÇÕES APRENDIDAS/RECOMENDAÇÕES

A aproximação dos Ministérios da Saúde com o Ministério da Infraestrutura (atual Ministério dos Transportes) e do Desenvolvimento Regional (atual Ministério das Cidades) bem como pontos com outros departamentos e coordenações do MS no tema da segurança viária e mobilidade sustentável sinalizam uma potencialidade para as ações voltadas ao tema na gestão que assume em 2023.

Durante este período tem sido importante o trabalho próximo entre as equipes da SVS/MS e de PHE-OPAS/OMS o que tem levado a ter sucesso nas ações planejadas neste termo de cooperação. Foram realizados contratos de serviços de especialistas de ampla experiência que tem contribuído no fortalecimento das ações da Política Nacional em Saúde (PNVS). Esta prática tem agilizado os processos solicitados pela SVS/MS, especialmente na resposta às exigências de uma emergência em saúde pública como a do covid-19, em consonância com as atividades planejadas.

5.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA (de acordo com o relatório financeiro oficial da OPAS/OMS)

Recursos repassados:	US\$ 6091121.60
Recursos desembolsados:	US\$ 4138044.22
Pendente de pagamento:	US\$ 935955.18
Saldo:	US\$ 1017122.20